

O IDEB e a educação brasileira: um paradoxo entre o avanço e o retrocesso

Janaina Junqueira Valaci CRUVINEL¹

Rosane Oliveira SANTOS²

Resumo

Este artigo se propõe a analisar de forma reflexiva e criticamente a implantação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, seus avanços e retrocessos na educação brasileira. O IDEB é um indicador de qualidade educacional que associa informações do desempenho dos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio na Prova Brasil, com informações sobre o rendimento escolar, medido pelos índices de aprovação escolar e evasão, obtidos no censo escolar. A pesquisa qualitativa analisou

¹ Especialista em Psicopedagogia; Supervisão Pedagógica e Orientação Escolar no UNICERP; Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: janavalaci@hotmail.com.

² Secretária da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: ro.liveira@hotmail.com.

bibliografias e documentos, e refletiu sobre as questões e situações apresentadas e decorrentes da implantação do índice na educação brasileira, da qualidade educacional e das avaliações externas. Quanto aos resultados da pesquisa, verificaram-se os avanços e os retrocessos na educação brasileira após a implementação do IDEB e estes se fazem paradoxalmente presentes no cotidiano escolar e sua real operacionalização, ainda depauperada, não tem grandes significados reflexivos na comunidade escolar. O presente artigo visa descrever.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; Qualidade da Educação; Avaliação Externa.

Abstract

This article proposes to analyze critically and critically the implementation of IDEB - Basic Education Development Index, its advances and setbacks in Brazilian education. The IDEB is an indicator of educational quality that associates information on the performance of students in the 5th and 9th year of Elementary School and 3rd year of High School in the Brazil Test, with information on school performance as measured by school pass and dropout rates obtained in the school census. The qualitative research analyzed

bibliographies and documents, and reflected on the issues and situations presented and resulting from the implementation of the index in Brazilian education, educational quality and external evaluations. Regarding the results of the research, the advances and setbacks in Brazilian education after the implementation of the IDEB have been verified and these are paradoxically present in the daily school life and its real operationalization, still depleted, does not have great reflective meanings in the school community. This article aims to describe.

Keywords: Basic Education Development Index; Quality of Education; External Evaluation.

INTRODUÇÃO

Os índices e a qualidade da educação têm sido o foco da atenção, estudos e reflexão de estudiosos e pesquisadores da área, sejam por meio das críticas ou pelo impacto sofrido através dos resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – sobre o cotidiano das escolas. Ocupar-se deste tema se traduz em

grande desafio e em oportunidade de desvencilhar-se de paradigmas ora impostos pela sociedade.

O cenário educacional do século XXI estrutura-se em dificuldades, riscos e desafios acerca das políticas educacionais, o que reverte no ambiente escolar e, particularmente, nas salas de aula. O país nunca fez tanto pela universalização da educação como tem sido feito nos últimos tempos e, por isso, a educação formal, através das metodologias e das práticas pedagógicas, ganha espaço para discussões e reflexões no contexto educacional.

Todavia essa política educacional busca compreender os índices de desempenho dos alunos e das escolas públicas, por meio das avaliações externas. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – tem como missão a promoção de estudos, pesquisas e avaliações acerca da educação brasileira. Sendo assim, foi instituída a participação dos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas.

O presente projeto se baseia em uma análise do cotidiano vivenciado em escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública de ensino, onde muito se questiona acerca das avaliações externas e pouco se reflete sobre os resultados obtidos. Entretanto,

cabe investigar quais os motivos da implantação do IDEB na educação brasileira.

A busca pelo estudo do tema em questão originou da minha vasta experiência profissional como docente do Ensino Médio e supervisora pedagógica do Ensino Fundamental de escolas públicas e, atualmente lendo críticas e questionamentos acerca de tais avaliações, haja vista que muitos estudiosos e pesquisadores da área educacional, veem o trabalho docente no período que antecede estas avaliações como um período de treinamento para a realização destas.

Acreditando que, conforme nos fala Severino (2007), não se pode falar coisa alguma a respeito de determinado tema se ele não se apresentar como um problema para aquele que discorre sobre ele, o presente projeto traz como problema de pesquisa investigar quais foram os avanços e os retrocessos ocorridos na educação brasileira após a implantação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Além disso, também faz parte do problema de pesquisa averiguar se os docentes têm conhecimento em relação à concepção do IDEB e como ocorreu sua implantação no Brasil.

Uma das maiores inquietações de quem está envolvido diuturnamente com esta temática, seja ela a qualidade educacional ou as avaliações externas, é encontrar respostas acerca das inúmeras

críticas e apontamentos a respeito das avaliações externas e dos possíveis “treinamentos” de alunos para participarem das mesmas.

Nessa perspectiva torna-se de grande relevância a pesquisa do tema em questão, pois se acredita, a princípio, que a atenção maior deve estar debruçada no ato de ensinar e nunca no treino. Percebe-se que o grande problema e a constante inquietude por parte da pesquisadora são, justamente, as críticas a respeito das avaliações externas.

Apesar de se configurar em uma problemática significativa, real e urgente poucos estudos foram realizados até o momento e muitos são os desafios para os docentes e profissionais da educação que ficam à mercê de críticas, muitas vezes infundadas, enquanto poderiam tirar como exemplos práticas pedagógicas exitosas.

A pesquisa será de caráter qualitativo, com análise das bibliografias e documentos e reflexões sobre as questões e situações por eles apresentadas. Desenvolver-se-á da seguinte maneira:

Primeiramente por meio de uma pesquisa bibliográfica realizada em obras existentes e fundamentada em autores que deem suporte ao trabalho e discorram sobre os Programas e Políticas Públicas Educacionais, com ênfase no IDEB, nas Avaliações Externas, e na Qualidade da Educação.

A pesquisa documental será realizada nos documentos oficiais existentes nos sites do MEC, INEP e outros, referentes ao tema em questão, evidenciando sua implantação, regulamentação e legitimação frente à educação brasileira, bem como sua execução na Educação Básica brasileira.

Vale ressaltar que no decorrer da pesquisa, todos os métodos e técnicas utilizadas estarão adequados aos objetivos pesquisados e os dados coletados serão analisados em profundidade. Lembrando que, a pesquisa baseou-se dentre outros nos estudos do Portal do INEP (2015 e 2016) e do Ministério da Educação e Cultura MEC (2015 e 2016).

DESENVOLVIMENTO

O direito à educação está claramente assegurado através da Constituição Federal e demais legislações que permeiam a área educacional. Esse direito vem conjugado à qualidade, afinal a educação de qualidade é o desafio e alicerce social. Em tempos remotos, dizia-se que a educação era o meio de incluir o indivíduo socialmente, porém na atualidade está comprovado que esta mesma educação traz um sentido mais amplo e até mesmo mais instigante. Entende-se que, a educação do século XXI deixou de ser includente

para tornar-se excludente, afinal a educação permite-nos selecionar saberes e distinguir os mais capacitados e preparados.

Neste sentido, os Planos Nacionais de Educação no Brasil vêm discutir, propor e refletir a educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Segundo Ferreira et al. (2013):

Um Plano Nacional de Educação existe, em nosso País, para que o direito à educação seja devidamente ofertado e assegurado, já que estamos falando de um direito protegido [...] com a Constituição de 1934 [...] a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 [...]. Depois do silêncio da ditadura a respeito do Plano Nacional de Educação que fosse específico, a Constituição Federal da República, em 1988, devolve à educação a coerência devida a esse direito, agora mais protegido, entre metas e financiamento (FERREIRA, 2013, p. 25 e 26).

Quando se trata de metas, muitos foram os documentos que intitularam e fizeram menção a estas, porém pouco ou quase nada tem sido feito efetivamente para a mudança do quadro educacional brasileiro.

No Brasil, o primeiro PNE² cumpria sua tarefa constitucional, porém quase não saiu do papel, em virtude de sua inoperância, fragmentação e do descontrole em que o país vivia.

Em 2001, a lei nº 10.172 instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE – com vigência de dez anos e em conformidade com o artigo 14 da Constituição Federal e do

§1º do artigo 87 da atual LDB³. Porém este plano, desde sua implantação, foi regido pelo insucesso, pois boa parte das metas é incontroversa por inocuidade ou ambiguidade.

Outro indicador da inocuidade do PNE é o alto índice de dispersão e perda do senso de distinção entre o que é principal e o que é acessório. Valente (2001, p. 14) entende que o texto do PNE 2001 se rege pelo “conhecido e esperto modo de legislar de nossas elites”, ou seja, um plano elaborado para não se aplicar, uma vez que, segundo Saviani (2014), continha em sua redação almejar os seguintes setores: educação infantil: 7 metas; ensino fundamental: 7; ensino médio: 4; educação superior: 7; educação de jovens e adultos: 5; educação a distância e tecnologia educacional: 6; educação tecnológica e formação profissional: 3; educação especial: 3; educação indígena: 3; magistério da educação básica: 8; financiamento e gestão: 6, conforme dados do Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação.

Tem-se a impressão de que o novo PNE⁴ demonstra avanços em relação ao plano anterior quando estampa uma estrutura mais

enxuta. Contudo, o enxugamento é apenas aparente porque as 20 metas se desdobram em 170 estratégias, considerando que o PNE/2001 era composto por 295 metas. As 20 metas atuais giram em torno dos mesmos 11 setores referidos no PNE anterior e têm como eixos centrais dois aspectos que são: Problema do Magistério da

IDEB	2015	2017	2019	2021
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Educação Básica e Questão do Financiamento.

Porém adentrar a esta questão não é o mérito deste trabalho, haja vista que toda esta exposição acerca do Plano Nacional de Educação foi colocada em questão para situarmos dentre suas metas, a de número 7 que visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

Quadro 1 - Médias Nacionais para o IDEB – 2015 a 2021

Anos Iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Plano Nacional de Educação, 2014, p. 30.

Diante da Meta 7, que subdivide-se em 36 estratégias, colocamo-nos sob a observação e análise das estratégias 7.9 e 7.10, a saber:

Estratégia 7.9 – orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PNE, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios.

Estratégia 7.10 – fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação (BRASIL, 2014, p. 32).

IDEB, concepções e objetivos

Em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), criou o IDEB que está inserido no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, do Ministério da Educação e indica dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar e evasão, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil.

O SAEB avalia a Educação Básica brasileira e contribui para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola. Ele é composto por três avaliações externas de larga escala, sendo: ANEB, ANRESC/Prova Brasil e ANA.

ANEB corresponde à avaliação amostral dos alunos do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio das redes públicas e privadas do país e a avaliação, equidade e a eficiência da educação traçam seu objetivo maior, além de propiciar uma apresentação geral dos resultados do país, bem como das regiões

geográficas e das unidades federadas.

Já a Prova Brasil, também denominada ANRESC, é uma avaliação censitária e envolve os discentes do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental, objetivando avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas.

Também envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas, a ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização – busca aferir e avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática, assim como uma sondagem das condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das escolas públicas. As avaliações que compõem o SAEB são realizadas da seguinte forma: ANEB e ANRESC/Prova Brasil bianualmente e a ANA anualmente.

É fundamental reiterar que o IDEB é um indicador estatístico, e tem como objetivo, definir metas e acompanhar a qualidade do ensino básico no país, além de fornecer informações referentes ao desempenho de cada escola brasileira de educação básica. Diante de tal objetivo e refletindo o bojo da criação e implantação do IDEB, entende-se que a melhoria da qualidade é o grande desafio da educação brasileira e assim, surgem prioridades no âmbito técnico e financeiro da União, estados e municípios.

Compromisso Todos pela Educação

A União, Estados, Distrito Federal e Municípios conjuntamente com as famílias e comunidade, uniram esforços em busca de organizarem e colocarem em prática o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, onde a qualidade da educação é o cerne das discussões e atuação de todos os envolvidos.

O documento compõe 28 diretrizes que surgiram dos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento dos estudantes e foi implementado pelo Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007. O Decreto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

O documento destina todo seu segundo capítulo ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, estampando no artigo 3º:

A qualidade da educação básica será aferida,

objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASIL, 2007).

E continua no parágrafo único do mesmo decreto, retratando que “O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso”.

Em se tratando deste termo de adesão ao Compromisso, o capítulo III do decreto em evidência, em seu artigo 5º, faz-se a seguinte referência ao IDEB:

A adesão voluntária de cada ente federativo ao Compromisso implica a assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do IDEB, observando-se as diretrizes relacionadas no artigo 2º (BRASIL, 2007).

Dentre as diretrizes estampadas no documento, iremos ater àquela que faz menção ao IDEB e destacamos a seguinte: “XIX – divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da

educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB” (BRASIL, 2007), referido no artigo 3º.

Divulgar deve transcender a ideia de apenas propalar e sequer fazer menção a criticar ou encontrar culpados. Divulgar remete ao compromisso de se apropriar da realidade, analisar, intervir e replanejar ações. Entretanto, a divulgação dos índices do IDEB tem colocado escolas em situações de confronto e, através do Projeto de Lei 1530/11, que obriga as escolas a divulgar seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, muitos debates foram acirrados e reflexões acerca desta exposição de resultados tem acalorado as comunidades escolares.

A tentativa de estabelecer um índice que demarca o desenvolvimento da educação básica no país é muito importante e traz avanços no tocante à educação brasileira. Entretanto, as polêmicas advindas deste tema são inúmeras e apontam percalços, uma vez que, aos poucos está sendo utilizado para outras finalidades, que não são aquelas inicialmente traçadas.

Em relação à qualidade da educação, é fato que se espera muito mais, porém é necessário um investimento grandioso em políticas públicas e a qualidade deve ser repensada, não como um meio de atrair alunos para as escolas, mas sim como um fator que

pode interferir na permanência dos alunos na escola.

Ao longo destes anos de implantação do IDEB percebe-se que houve um distanciamento entre suas reais concepções e a análise feita no bojo das secretarias estaduais e/ou municipais, superintendências e até mesmo das escolas. O índice não deve servir para estimular a competição e *rankear* escolas, muito menos para estampar na fachada da escola seu índice. O IDEB não foi projetado com essa finalidade, mas como uma finalidade pública de verificar a realidade, definir metas e acompanhar, seja através de ações ou de planos e programas, o desenvolvimento da educação básica no país, primando por mais qualidade e eficácia.

Boletins Pedagógicos

Os índices do IDEB variam entre uma escala de zero a dez e a divulgação destes resultados é feita através do INEP e também são enviados às escolas em formato de boletins pedagógicos.

Analisando os boletins pedagógicos divulgados pelo INEP, percebe-se que inicialmente ele apresenta uma síntese das médias das proficiências dos participantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e o percentual de alunos em cada nível de desempenho.

Os boletins trazem ainda suas respectivas contextualização e interpretação pedagógica, enfatizando a desigualdade educacional existente nas escolas brasileiras. Diante desse apontamento, observa-se que o índice deve ser analisado diante de um contexto e nunca isoladamente, além de averiguar os indicadores socioeconômicos, apresentados pelo INEP como NSE, respondidos pelos participantes da Prova Brasil, o que ocasionou a divisão de sete grupos, definidos a partir da média do nível socioeconômico dos alunos.

O objetivo do NSE é propiciar às escolas uma comparação do seu desempenho, a partir da sua localização, além de averiguar e refletir determinados índices de outras microrregiões, área (urbana e rural), bem como a faixa de NSE.

Os boletins pedagógicos contam também com a interpretação pedagógica dos níveis de desempenho, sendo que diante de cada nível de proficiência, há uma descrição das habilidades que os alunos já alcançaram. O recurso de análise do IDEB, apresentado por meio dos boletins pedagógicos, propõe aos educadores e à comunidade uma

Na verdade, os boletins pedagógicos retratam os índices de desempenho, porém a forma com que chega nestes indicadores pouco tem a mostrar de fato. Um dos fatos analisados é que apenas os alunos presentes no dia da avaliação externa validam o somatório e aqui se

encontra o primeiro retrocesso do IDEB: Numa sociedade que prega pela inclusão da educação, cria mecanismos para que os alunos “fracos” pedagogicamente não estejam presentes na realização das avaliações externas. A escola que foca seus esforços nos alunos com maior potencialidade de aprendizagem é a mesma que sugere o aumento do seu IDEB.

Sabe-se que para padronizar as duas proficiências em Leitura e Matemática, utiliza-se de uma metodologia, e em seguida apresenta sua média como indicador de desempenho.

Por fim e não menos importante, é o fato de que os indicadores apresentados nos boletins pedagógicos do IDEB têm grande correlação com o nível socioeconômico do alunado. Aqui, outro retrocesso fica evidente quando um mero índice é capaz de sinalizar a qualidade da educação, destinando à escola a responsabilidade de superar toda a exclusão suscitada pela sociedade.

Resultados e Metas

A análise dos resultados e a projeção de metas são itens primordiais em qualquer ação humana, porém na educação estes se tornam, além de primordiais, insubstituíveis e consideráveis para o

sucesso e a qualidade educacional. De acordo com o INEP:

As metas intermediárias para o Ideb em todas as esferas foram calculadas pelo Inep no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. A lógica é a de que para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado [...], cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional. A definição de um Ideb nacional igual a 6,0 teve como referência a qualidade dos sistemas em países da OCDE.

Essa comparação internacional só foi possível graças a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no Pisa [...] e no Saeb. A meta nacional norteia todo o cálculo das trajetórias intermediárias individuais do Ideb para o Brasil, unidades da Federação, municípios e escolas, a partir do compartilhamento do esforço necessário em cada esfera para que o País atinja a média almejada no período definido (BRASIL, 2011).

Diante disso, ressalta-se a necessidade de uma análise dos resultados e metas do IDEB, desde sua implantação na educação brasileira até a meta prevista para 2021:

Quadro 2 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

IDEB Observado					Metas					
Total	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
		3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9
Dependência Administrativa										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

Fonte: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultadoBrasil>> Acesso em: 15 jan. 2016.

O quadro indica que o IDEB total observado, desde sua implantação teve suas metas alcançadas e até mesmo ultrapassadas, e os índices apresentados foram progressivamente crescentes. Vê-se também que apenas a rede privada nos anos 2011 e 2013 não conseguiram alcançar as metas previstas.

Quadro 3 – Anos Finais do Ensino Fundamental

IDEB Observado					Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021

Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa										
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.2	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2

Fonte: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultadoBrasil>> Acesso em: 15 jan. 2016.

Como se pode notar, nos anos finais do Ensino Fundamental, assim como nos anos iniciais, sempre ultrapassaram a meta predita e os índices obtidos no IDEB total observado foram verticalmente crescentes. Entretanto, pode-se notar que todos os índices observados dos anos finais do ensino fundamental são inferiores aos do ensino fundamental – anos iniciais. A rede privada, assim como nos resultados apresentados no quadro 2, não conseguiu alcançar as metas previstas nos anos 2011 e 2013.

Quadro 4 – Ensino Médio

IDEB Observado					Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021

Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Fonte:< <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultadoBrasil>> Acesso em: 15 jan. 2016.

Do ponto de vista dos indicadores do IDEB total observado, no ano de 2013 a meta estabelecida não foi atingida e a rede privada apresenta resultado inferior à rede pública. Outra análise feita neste quadro é que os índices do Ensino Médio são inferiores aos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Diante dos resultados e metas do IDEB nota-se a vertiginosa queda dos resultados, quando analisados no âmbito dos diferentes níveis de ensino, o que retoma o questionamento que paira neste estudo: Através do IDEB, a educação brasileira avança ou retrocede?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desta pesquisa elucida para a existência de um índice de desenvolvimento da educação básica que, apesar de presente

no cotidiano das escolas, não passa de mais um recurso de verificação e de cumprimento de metas. Entretanto, no cerne de sua implantação, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – vislumbrou a melhoria da qualidade da educação básica, haja vista que a história da educação brasileira aponta o declínio da qualidade, proporcionalmente à elevação dos níveis de ensino.

Sabe-se que os índices das séries iniciais do Ensino Fundamental são visivelmente superiores aos índices das séries finais do Ensino Fundamental e estes na mesma proporção ao Ensino Médio.

A implantação do IDEB trouxe para a educação brasileira um significado paradoxal, haja vista que tal índice propiciou a capacidade de mensurar o desempenho educacional e propôs investimento e compromisso político social. Em contrapartida, o retrocesso é visível, no que concerne à análise e reflexão deste índice e da possibilidade de melhoria e replanejamento das ações que permeiam a educação básica.

Estampar um índice não significa, aparentemente, nada e, quando este é inferior à meta prevista, ainda há a possibilidade de a comunidade escolar sentir-se envergonhada e não se apropriar da real situação. Há de se convencer de que os resultados são simplesmente um reflexo social, pedagógico, político que envolve a escola e os alunos que realizam as avaliações do SAEB – Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Básica.

A pesquisa, objetivando conhecer os motivos da implantação do IDEB, percebeu mais uma ideologia pela qualidade da educação e o cumprimento de metas e ações advindas do cumprimento de legislações. Contudo, a realidade e as críticas apontam para mais uma efetivação legal e menos para uma análise e um redirecionamento de práticas educativas que conduzam à qualidade da educação.

Por fim, as estatísticas dizem que os níveis de ensino crescem em proporção inversa, ou seja, quanto maior o nível de ensino, menores são os índices e mais distantes das metas propostas. A qualidade do ensino, apesar de ser evidência em pauta legislativa, em rodas de conversa e em pesquisas, tem seu alcance ainda aquém da necessidade. Os problemas advindos da falta da qualidade educacional e que recaem sobre si são cada vez mais crescentes.

Considera-se através desta pesquisa que os docentes têm pouco conhecimento acerca da concepção do IDEB e de como ocorreu sua implantação no Brasil. Tal fato remete a pouca ou nenhuma análise diante dos resultados advindos deste índice e, conseqüentemente, dos problemas educacionais que pairam nas escolas brasileiras.

Por fim, vale ressaltar que mais necessário que estampar os índices nas fachadas das escolas, seria proceder a um estudo

minucioso sobre o IDEB, além de analisar constantemente os resultados e redefinir o trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**: nova LDB (Lei nº 9394). Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

BRASIL, Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>
Acesso em: 12 jan. 2016

BRASIL, Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a

implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Presidência da República. Brasília, DF: **Diário Oficial da União** de 25.04.2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm> Acesso em: 04 nov. 2015.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Prova Brasil e Saeb. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb>> Acesso em: 22 out. 2015.

BRASIL, O IDEB e o Censo Escolar da Educação Básica, 2011. **Inep**. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/situacao-do-aluno/o-ideb-e-o-censo-escolar>> Acesso em: 22 out. 2015.

BRASIL, Projeto de Lei nº 1530, de 07 de junho de 2011. Obriga os estabelecimentos de ensino básico do país a divulgarem o índice IDEB. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BA5D8466747CAB1A5AEA930F485C75C9.proposicoesWeb2?codteor=883836&filename=PL+1530/2011> Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm> Acesso em: 12 jan. 2016.

FERREIRA, Eliza Bortolozzi et al. **Política e planejamento educacional no Brasil do século XXI**. 1. Brasília: Liber Livros, 2013. v. 1. 304p.

MEC – Ministério da Educação e Cultura, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf>

>Acesso em: 23 out. 2015.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2014, v. 1. 126p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

VALENTE, Ivan. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.